



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

EDITAL Nº 01/2021

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO EM 2022 NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE:
Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO TRANSVERSAL (para todos os cursos)

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Estado neoliberal e as particularidades da Política de Saúde. Reforma Sanitária e a política de saúde no contexto da Seguridade Social. Sistema Único de Saúde: particularidades na atenção básica, média e de alta complexidade. A pandemia do Covid-19, desigualdades sociais e saúde. Políticas de atenção à saúde da Criança e da/o adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil.

BIBLIOGRAFIA - LEGISLAÇÕES

1. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. Série B. Textos Básicos de Saúde.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p. Cadernos de Atenção Básica, nº 33.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p. Cadernos de Atenção Básica, n. 39.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 234 p.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

BIBLIOGRAFIA

1. BORLINI, L. M. Há pedras no meio do caminho do SUS - os impactos do neoliberalismo na saúde do Brasil. In: Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, ago./dez. 2010. p. 321 – 333. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7697/5799> Acesso em 15 de julho de 2021.
2. BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. Ser Social. Estado, Democracia e Saúde. Brasília, v. 22, n. 46, janeiro a junho de 2020. https://doi.org/10.26512/ser_social.v22i46.25630 Acesso em 20 de julho de 2021
3. FERRAZ; A. T.R; BERNARDES, F. Reformas regressivas e política de saúde. Editorial do V.10, N.01 da Revista Argumentum. Vitória, v. 10, n.1, p. 4-8, jan./abr. 2018. <http://10.18315/argumentum.v10i1.196474>. Acesso em 20 de julho de 2021
4. SANTOS, J.A.F. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. Notas de Conjuntura. Trabalho, Educação e Saúde. 18.3.2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00280>. Acesso em 20 de julho de 2021
5. SILVA, L. B. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. In: Revista Katálysis. Florianópolis, v. 21, n. 1, jan./abr. 2018. p. 200-209. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p200>. Acesso em 20 de julho de 2021.

EPIDEMIOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Processo Saúde-Doença, Medidas de Prevenção e Promoção da Saúde. Medida da Saúde Coletiva. Epidemiologia Clínica. A Pesquisa Epidemiológica e os Desenhos de Pesquisa. Causalidade em Epidemiologia. Testes diagnósticos: Sensibilidade, Especificidade e Valores Preditivos. Vigilância em Saúde. Epidemiologia das Doenças Transmissíveis. Epidemiologia das Doenças Não Transmissíveis. Epidemiologia Aplicada ao Curso da Vida: Perinatal, Infância e Adolescência.

BIBLIOGRAFIA

1. CAMPOS, GWS; BONFIM, JRA; MINAYO, MCS; AKERMAN, M; DRUMOND-JÚNIOR, M; CARVALHO, YM. Tratado de saúde coletiva. São Paulo; Hucitec; 2 Reipr.; 2006. p. 319-530.
2. ROTHMAN, KJ; GREENLAND, S; LASH, TL. Epidemiologia moderna. Porto Alegre: Artmed; 3.ed., 2011. p.887.
3. MEDRONHO, RA; BLOCH, KV; LUIZ, RR; WERNECK, GL. Epidemiologia. São Paulo; Atheneu; 2 ed; 2009. p.685.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO

Área de Formação: ENFERMAGEM

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos legais no cuidado à criança, ao adolescente e à família. Políticas Públicas e Programas de Saúde direcionados à criança e ao adolescente. Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. A criança, o adolescente e a família no processo de hospitalização. Cuidados de enfermagem nas intercorrências clínicas e cirúrgicas da criança e do adolescente. Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente em situações de urgência e de emergência. Consulta de Enfermagem e Visita Domiciliar à criança e ao adolescente. O brinquedo terapêutico em pediatria. Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente com necessidades especiais. Prevenção de acidentes na infância e na adolescência. Sistematização da Assistência de Enfermagem em Pediatria. Segurança do paciente em pediatria.

BIBLIOGRAFIA

1. BORGES, AVL; FUJIMORI, E. Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. Barueri, SP. Manole. 2009.
2. BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas / Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno SRTVN. Caderneta da Criança Menina: Passaporte da Cidadania. 2ª edição – Brasília: Ministério da Saúde 2020 – versão eletrônica. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_crianca_menina_2ed.pdf
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas / Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno SRTVN. Caderneta da Criança Menino: Passaporte da Cidadania. 2ª edição – Brasília: Ministério da Saúde 2020 – versão eletrônica. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_crianca_menino_2ed.pdf
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Protocolo de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. Estratégia de vacinação contra o vírus SARSCoV-2 (Covid19 - Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/21/estrategia_vacinacao_covid19.pdf
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao recém-nascido. Método Canguru: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 340 p.: il. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_metodo_canguru_manual_3ed.pdf
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

Ministério da Saúde, 2019. Disponível em:
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de quadros de procedimentos: Aidpi Criança: 2 meses a 5 anos / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:
bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_quadros_procedimentos_aidpi_crianca_2meses_5anos.pdf

9. HOCKENBERRY, Marilyn J. (Ed.). Wong fundamentos de enfermagem pediátrica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

10. FUJIMORI, E; OHARA, CVS. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri, SP: Manole, 2009. XVIII, 548 p.

11. MARCONDES, E. Pediatria básica. 9ª. Ed. São Paulo: Sarvier, 2002-2005 3v.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: FARMÁCIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Deontologia e Legislação Farmacêutica. Assistência Farmacêutica. Farmacocinética e Farmacodinâmica. Farmacoterapia (antimicrobianos, analgésicos e anti-inflamatórios) Farmacovigilância. Interações medicamentosas. Boas Práticas de manipulação e armazenamento. Preparações estéreis e não estéreis em farmácia hospitalar. Boas práticas em farmácia hospitalar e serviços de saúde. O farmacêutico no controle da infecção hospitalar. Segurança do Paciente. Serviços Clínicos Farmacêuticos.

BIBLIOGRAFIA

1. ALLEN, L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. xii, 716 p.
2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada n.º 67, de 08 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/resolucao67_08_10_07.pdf>
3. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>>
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html>
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html>
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília : Ministério da Saúde, 2014, 40 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranc_a.pdf>
7. BRUNTON, L. L. (Org.). As Bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2012. xxi, 2079 p.
8. CORRER, Cassyano J. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre ArtMed 2013 1 recurso online ISBN 9788565852838.
9. FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita (Ed.). Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xix, 1261 p.
10. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar. Ed. Ateneu, 2001.
11. MANZINI, F. et al. O Farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/livro.pdf>>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

12. THOMPSON, J. E.; DAVIDOW, L. W. A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
13. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. Guia de Boas Práticas em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde, 2009. 356p.
14. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. Padrões Mínimos para Farmácia Hospital e Serviços de Saúde. Goiânia, 2007, 20p. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/4f7baaa6b63d5.pdf>
15. STORPIRTIS, S. et al. Ciências Farmacêuticas: Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2008.
16. MASTROIANNI, Patricia. Farmacovigilância para promoção do uso correto de medicamentos. 1. Porto Alegre ArtMed 2013 1 recurso online ISBN 9788582710029.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: FONOAUDIOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Desenvolvimento da Linguagem na Infância. Aquisição ontogênica da leitura e da escrita; fases do desenvolvimento da leitura e da escrita; rotas utilizadas para a leitura; processamento fonológico como habilidade necessária à alfabetização. O Sistema Estomatognático e Disfagia no Neonato e na Infância. Respiração Oral. Disfunção Mastigatória. Amamentação e Frênulo Lingual. Anatomofisiologia e Desenvolvimento da Voz. Distúrbios Vocais e Reabilitação Fonoaudiológica (nascimento à adolescência). Políticas de Saúde Auditiva e de Saúde do Escolar. Avaliação Eletrofisiológica da Audição.

BIBLIOGRAFIA

1. Behlau, M. et al. Aperfeiçoamento vocal e tratamento Fonoaudiológico das disfonias. IN: Behlau, M. (org.). Voz: O livro do especialista. V 2. Rio de Janeiro: Revinter; 2010.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal. Brasília, DF, 2012. Disponível em http://www.sbp.com.br/src/uploads/2015/02/field_generico_imagens-filefield-description_69.pdf
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde na escola. Brasília, DF, 2009. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 13002, de 20 de junho de 2014. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 23 jun. 2014. Seção 1, p. 4, edição extra.
5. Marchesan, I.Q.; Silva, H.J.; Tomé, M.C.T. (org.). Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014.
6. Jotz, Carrara-de Angelis e Barros. Tratado da deglutição e disfagia- No adulto e na criança. São Paulo: Revinter.2009.
7. Jotz, GP; Carrara-de Angelis, EC. Disfagia- Abordagem Clínica e Cirúrgica- Criança, Adulto e Idoso. São Paulo: Elsevier, 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: NUTRIÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Avaliação e educação nutricional de crianças e adolescentes. Cuidado nutricional na atenção especializada hospitalar e na atenção primária, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Planejamento dietético e Recomendações Nutricionais na infância e adolescência.

BIBLIOGRAFIA

1. VITOLLO, M.R. Nutrição da Gestação ao envelhecimento. 2ª Edição, Rio de Janeiro, 2015.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33) Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab33>>
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 32p. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/orientacao_marcadores_consumo_alimentar>
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Manual de terapia nutricional na atenção especializada hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 60p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_terapia_nutricional_atencao_hospitalar.pdf>
5. Vigilância alimentar e nutricional - Sisvan: orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde / [Andressa Araújo Fagundes et al.]. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/orientacoes_basicas_sisvan.pdf>
6. ACCIOLY, Elizabeth; SAUNDERS Claudia; LACERDA Elisa Maria de Aquino. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. Rio de Janeiro. Ed Guanabara Koogan, 2ª Ed. 2009.
7. FISBERG, Regina Mara. Inquéritos alimentares: métodos e bases científicos. Barueri, SP: Manole, 2005.
8. Novaes, Juliana Faria de, Ribeiro, Sarah Aparecida Vieira, Priori, Silvia Heloiza e Franceschini, Silvia do Carmo. Nutrição e Saúde da Criança. Rubio. 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de formação: ODONTOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios de Psicologia aplicada à Odontopediatria. Exame clínico, Radiologia, Diagnóstico e Plano de Tratamento. Cárie dentária na infância. Flúor – Uso interno e Uso externo. Higiene buco dental em Odontopediatria. Anestesia local em crianças. Cirurgia em Odontopediatria. Tratamento endodôntico em decíduos. Dentística e Materiais dentários em Odontopediatria. Tratamento Restaurador Atraumático. Lesões traumáticas em dentes decíduos. Biossegurança na Odontologia – COVID-19.

BIBLIOGRAFIA

1. GUEDES-PINTO, A. C. Odontopediatria. 9 ed. São Paulo: Santos, 2016.
Cap. 10-Princípios de Psicologia e sua relação com a Odontopediatria
Cap. 13 - Métodos empregados para conhecer e relacionar-se com crianças
Cap. 14 -Manejo da criança no consultório
Cap. 18 -Exame, Diagnóstico e Plano de Tratamento
Cap. 19 - Radiologia e imaginologia
Cap. 21 - Cárie dentária
Cap. 25 - Flúor – Uso interno
Cap. 26 - Flúor – Uso externo
Cap. 29 - Anestesia local
Cap. 30 - Cirurgia em odontopediatria
Cap. 31 - Tratamento endodôntico em decíduos
Cap. 33 - Dentística
Cap. 34 - Materiais dentários em Odontopediatria
2. GUEDES-PINTO, A. C.; BONECKER, M.; RODRIGUES, C. R. M. D. (Org.). Fundamentos de Odontologia: Odontopediatria. São Paulo: Santos, 2010. Cap. 16 - Lesões traumáticas na dentição decídua
3. TOLEDO, O. A. Odontopediatria – Fundamentos para a prática clínica. 4. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2012. Cap. 11 - Tratamento Restaurador Atraumático
4. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020 – atualizada em 25/02/2021. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-COV-2). Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/nota-tecnica-gvims_ggtes_anvisa-04_2020-25-02-para-o-site.pdf/view. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-cov-2) NA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, pag 95.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: PSICOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Políticas públicas de saúde e assistência em saúde mental na infância e adolescência. O papel do psicólogo nas políticas de saúde infanto-juvenil. A atuação do psicólogo na atenção primária, secundária e terciária. Promoção à saúde e proteção de crianças e adolescentes no âmbito da saúde pública: garantia de direitos. O trabalho em equipes multiprofissionais. Especificidades da clínica com bebês, crianças e adolescentes. O psiquismo da criança. As transformações da puberdade.

BIBLIOGRAFIA

1. BRAGA, C. P.; OLIVEIRA, A. F. P. L. (2019). Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. *Ciência e Saúde Coletiva*, 24(2). <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.30582016>
2. BRASIL. Ministério da saúde (BR), Secretaria de atenção à saúde. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. Brasília: 2005. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/caminhos.pdf.
3. BRASIL. Ministério da Saúde (2014). Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: Ministério da Saúde, 60 p.
4. CHIAVERINI, D. H. (Org.) et al. *Guia prático de matriciamento em saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 236p. https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saudemental.pdf
5. FENDER, W. D. & MORETTO, M. L. T. (2020). Construir, comunicar, transmitir: um caminho possível para o analista em uma equipe multidisciplinar. *Revista da SBPH*, 23(1), 3-15. Recuperado em 20 de junho de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582020000100002
6. FERNANDES, A. D. S. A. et al. Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* [online]. 2020, v. 28, n. 2 , pp. 725-740. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1870>>. Epub 08 Jun 2020. ISSN 2526-8910.
7. JERUSALINSKY, J. (2000). Do neonato ao bebê: a estimulação precoce vai à UTI neonatal. *Estilos Da Clínica*, 5(8), 49-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v5i8p49-63>
8. MOREIRA, M. C. N.; ALBERNAZ, L. V.; SÁ, M. R. C.; CORREIA, R. F.; TANABE, R. F. (2017). Recomendações para uma linha de cuidados para crianças e adolescentes com condições crônicas complexas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 33 (11). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00189516>
9. MORETTO, Maria Livia Tourinho. O que pode um analista no hospital. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. <http://lacanempdf.blogspot.com/2018/05/o-que-pode-um-analista-no-hospital.html>
10. PEROBELLI, A. O. et al. Intervenções precoces; O lugar do “precoce”: promoção de saúde; Especificidades no cuidado em saúde mental infantojuvenil (p. 149-165). In: *Diretrizes Clínicas em Saúde Mental* SESA-ES. 2018. <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Protocolo/Diretrizes%20Clinicas%20em%20saude%20mental.pdf>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: SERVIÇO SOCIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Trabalho e formação profissional do Serviço Social: possibilidades e desafios contemporâneos do projeto profissional. Ética e Legislação Profissional. Atuação profissional do Serviço Social e Política de Saúde. A contrarreforma e a defesa do SUS. A Residência Multiprofissional em Saúde e suas potencialidades da formação em serviço.

BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 21 de julho de 2021.
2. BARROCO, M. L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade 106. Junho 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002> Acesso em 21 de julho de 2021.
3. CASTRO, M. M. de C. e; DORNELAS, C.B de C.; ZSCHABER, F.F. Residência multiprofissional em saúde e Serviço Social: concepções, tendências e perspectivas. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.2. p.128 -148. Disponível em < DOI 10.34019/1980-8518.2019.v19.27114. Acesso em 21 de julho de 2021.
4. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, nº 2, Brasília: CFESS, 2010. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 20 de julho de 2021.
5. IAMAMOTO, M. V. 40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios. v. 20 n. 1 (2020): Revista Libertas - ISSN: 1980-8518 (jan / jun 2020) <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.30303> Acesso em 20 de julho de 2021.
6. LIMA, Joseane Barbosa de. A contrarreforma do Sistema Único de Saúde: o caso das organizações sociais. Revista Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 88-101, jan./abr. 2018. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i1.18734> Acesso em 20 de julho de 2021.